



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
13ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCO ANTÔNIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986

Data da instalação: 18-5-1987

Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 18-9-2020, p. 1.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 18-11-2019

Às 8 horas do dia vinte e oito de setembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 13ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 16º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Adriano Marcos Soriano Lopes**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Daniela Leite Rocha; os servidores Carlos Henrique da Silva Ferreira, Cássia Valle, Clívia de Assis Miranda, Eduardo Cioglia, Júlia Tavares de Oliveira, Raphaella Paiva Braga Tauschek, Rodrigo Figueiredo Monte-Raso, Rosemary Moreira Rios e Rosilaine Pereira Braga Dainez e a estagiária Andrezza Diana Andrade Santos. Ausentes o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Marco Antônio Ribeiro Muniz Rodrigues** e a servidoras Ana Cristina Cândia da Cruz, em férias regulamentares e a servidora Clarice Brugger Iglesias, em licença gestante.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 559 processos, distribuídos neste ano até o dia 22-9-2020, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 48 cartas precatórias, dentre elas 33 executórias, até o dia 22-9-2020, das quais 17 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 677 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 210 processos foram remetidos neste ano até o dia 22-9-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 18 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.



1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 63 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 465 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 164 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 52 processos sobrestados.

Processos examinados na correição:

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 12 processos sobrestados referentes ao Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

0145100-26.2009.5.03.0013
0162300-85.2005.5.03.0013
0001861-22.2013.5.03.0013
0002459-10.2012.5.03.0013
0001218-64.2013.5.03.0013
0002493-82.2012.5.03.0013
0000788-15.2013.5.03.0013
0000847-66.2014.5.03.0013
0002028-05.2014.5.03.0013
0002150-52.2013.5.03.0013
0002087-95.2011.5.03.0013
0042200-67.2006.5.03.0013

- 0010489/19 e 0010581/19: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

- 0011244/17, 0011449/17, 0011945/16, 0010621/18, 0011953/16, 0010282/17, 0011047/18 e 0010752/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).



Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 30,72, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	84
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	302
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	15



Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos audiências não designada	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão que não possuem audiência designada.	Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST
---	--	---

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	3	6
2015	5	5
2016	19	4
2017	25	3
2018	27	2
2019	97	1
2020 – ano de referência	226	
TOTAL	402	0,86



Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de setembro até o dia 22-9):

Processo
0000699-55.2014.5.03.0013
0001904-22.2014.5.03.0013
0001941-49.2014.5.03.0013
0000078-24.2015.5.03.0013
0000096-45.2015.5.03.0013
0010279-75.2015.5.03.0013
0010502-28.2015.5.03.0013
0010571-72.2015.5.03.0106
0010128-75.2016.5.03.0013
0010378-11.2016.5.03.0013
0010473-41.2016.5.03.0013
0010510-68.2016.5.03.0013
0010859-71.2016.5.03.0013
0011000-90.2016.5.03.0013
0011097-90.2016.5.03.0013
0011135-05.2016.5.03.0013
0011493-67.2016.5.03.0013
0011553-40.2016.5.03.0013
0011567-24.2016.5.03.0013
0011661-69.2016.5.03.0013

2) Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	5
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	421
FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	14
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	220



FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	31
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	785

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	15

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de execução desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 47,16%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

Existem 1.067 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 568 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 7 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 492 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.



Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 22-9-2020.

No ano 2019, até o dia 22-9 havia 1.183 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 579 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 21 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 583 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de setembro até o dia 22-9):

Processo	Classe
0241200-39.1992.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0086800-13.2005.5.03.0013	Execução Fiscal
0025600-05.2005.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0144100-30.2005.5.03.0013	Execução Fiscal
0162300-85.2005.5.03.0013	Execução Fiscal
0128500-66.2005.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0174100-13.2005.5.03.0013	Execução Fiscal
0154100-26.2004.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0050700-54.2008.5.03.0013	Execução Fiscal
0080700-37.2008.5.03.0013	Execução Fiscal
0068600-21.2006.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0145100-26.2009.5.03.0013	Execução Fiscal
0160300-73.2009.5.03.0013	Execução Fiscal
0162800-15.2009.5.03.0013	Execução Fiscal
0000852-30.2010.5.03.0013	Execução Fiscal
0131400-17.2008.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0142800-14.1997.5.03.0013	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
0157000-06.2009.5.03.0013	Execução Fiscal
0145100-26.2009.5.03.0013	Execução Fiscal
0162300-85.2005.5.03.0013	Execução Fiscal



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

		2019	2020
01-JANEIRO		23	31
02-FEVEREIRO		31	64
03-MARÇO		15	27
04-ABRIL		32	386
05-MAIO		26	70
06-JUNHO		36	21
07-JULHO		67	33
08-AGOSTO		335	48
09-SETEMBRO		112	13
Totais		677	693

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
			3	3	1	1	3	3	1	
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES										9
ALINE PAULA BONNA			2							
ANAXIMANDRA KÁTIA ABREU OLIVEIRA								1		
JANE DIAS DO AMARAL				3		1		2		
MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES		31	59	9	382	68	18	27	47	4
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS				12						
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO					3					
Totais		31	64	27	386	70	21	33	48	13



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

		2019	2020
01-JANEIRO		109	86
02-FEVEREIRO		112	78
03-MARÇO		106	118
04-ABRIL		115	57
05-MAIO		137	65
06-JUNHO		128	124
07-JULHO		121	83
08-AGOSTO		162	68
09-SETEMBRO		139	56
Totais		1129	735

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 22-9-2020, existem 64 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 28-2-2020 havia 6 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 3 processos;
- b) procedimento ordinário: 1 processo;
- c) instrução: 2 processos.

- 0010247/20, 0011695/16, 0010592/20, 0010587/20, 0010588/20 e 0010589/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.



2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 23-9-2020, 270 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 54 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe 0010320/20, 0010437/20, 0010161/20, 0010374/20, 0010433/20, 0010407/20, 0010372/20, 0010339/20, 0010338/20, 0010336/20, 0011244/17, 0011449/17, 0011945/16, 0010621/18, 0011953/16, 0010282/17, 0011047/18, 0010752/19, 0010489/19, 0010581/19, 0010822/19, 0010262/20, 0010185/20, 0010276/20, 0010089/20, 0010299/20, 0010238/20, 0010158/20, 0010603/19, 0010222/20, 0010111/20, 0010292/20, 0010401/20, 0010702/19, 0010266/19, 0010451/20, 0010558/20, 0010393/20, 0010802/19, 0010129/20, 0010375/20, 0010322/20, 0010153/20, 0010553/20, 0010378/20, 0010858/16, 0010596/19, 0010705/19, 0011245/16, 0010892/18, 0010654/18, 0010637/17, 0010704/16, 0010835/19, 0010961/18, 0010903/18, 0011809/16, 0010388/18, 0010399/18, 0010182/16, 0010161/20, 0010208/20, 0010327/20, 0010124/20, 0010118/20, 0010115/20, 0010349/20, 0010381/20, 0010155/20, 0010173/20, 0010221/16, 0010741/19, 0011013/19 e 0011010/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa do processo
0010841-84.2015.5.03.0013	Liquidação
0046200-76.2007.5.03.0013	Execução
0011532-64.2016.5.03.0013	Aguardando apreciação pela instância superior
0001847-38.2013.5.03.0013	Arquivo provisório - liquidação
0126100-45.2006.5.03.0013	Aguardando apreciação pela



0010774-51.2017.5.03.0013	instância superior Aguardando apreciação pela instância superior
0001973-54.2014.5.03.0013	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis coletivas em tramitação.

0011001-12.2015.5.03.0013	Liquidação
0010443-40.2015.5.03.0013	Aguardando apreciação pela instância superior
0010169-37.2019.5.03.0013	Liquidação

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	28	31	30
Instrução processo físico	1.392	1.787	0
Instrução processo eletrônico	267	246	148

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	25	21-10-2020- 15 dias
Procedimento Ordinário	14	16	3-11-2020 - 22 dias
Instrução	358	127	15-4-2021 - 114 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 22-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)



	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	569	150

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (105): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	4	1.604
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	156	167

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (106): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	32	2.996
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	61	1.258
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	28	3.959
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	1.016



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de setembro de 2020 apurado até dia 22-9):

		2019	2020
01-JANEIRO		70	117
02-FEVEREIRO		129	109
03-MARÇO		96	66
04-ABRIL		130	32
05-MAIO		123	37
06-JUNHO		93	56
07-JULHO		109	68
08-AGOSTO		124	61
09-SETEMBRO		92	38
Totais		966	584

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES										24
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS						2				
CAMILA CESAR CORREA	23									
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA									1	
JANE DIAS DO AMARAL				4				1		
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1									
MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES	57	108	29	29	35	56	67	60		14
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS				33	2					
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO	36	1								
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO					1					
Totais		117	109	66	32	37	56	68	61	38



No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	44	01,19
Julgados procedentes em parte	363	1,60
Julgados improcedentes	151	0,66
Extintos com resolução de mérito	8	0,03
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	566	2,49
Extintos sem resolução de mérito	22	0,10
Arquivamento	84	0,37
Desistência	63	0,28
Outras decisões sem exame de mérito	47	0,21
Total sem exame de mérito	216	0,95
Decisões de conhecimento	782	3,44
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	264	1,16
Decisões na fase de execução	133	0,59
Total	1.179	5,2



No ano de 2020, até o dia 22-9, com 165 dias úteis de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	22-9-2020	Média dia/útil
Julgados procedentes	38	0,23
Julgados procedentes em parte	28	0,78
Julgados improcedentes	99	0,6
Extintos com resolução de mérito	3	0,12
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	169	1,02

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em agosto de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	1	0,05
Conciliação em execução	11	0,52
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	2	0,09
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	36	1,71
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	31	1,48
Una/Una (rito sumaríssimo)	36	1,71
Total	115	5,5

No mês de agosto de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 16 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9:



		Conhecimento		Execução		Liquidação	
		2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO		22	17		1		1
02-FEVEREIRO		36	27	2	1	5	3
03-MARÇO		36	17	1	3	5	2
04-ABRIL		40	4	2		2	
05-MAIO		44	21	4	3	4	2
06-JUNHO		32	9	2	2	5	1
07-JULHO		50	20	5	2	9	2
08-AGOSTO		45	17	3	5	3	4
09-SETEMBRO		41	17	1	1	9	1
Totais		346	149	20	18	42	16

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES										13
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS						2			2	1
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA						2			4	
JANE DIAS DO AMARAL				2						
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		3	2							
MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES		16	29	6	3	22	12	24	20	5
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS				14						
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO					1					
Totais		19	31	22	4	26	12	24	26	19



Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de setembro 2020 apurado até dia 22-9):

		2019	2020
01-JANEIRO		90	109
02-FEVEREIRO		181	166
03-MARÇO		156	80
04-ABRIL		165	
05-MAIO		223	16
06-JUNHO		179	40
07-JULHO		255	95
08-AGOSTO		165	115
09-SETEMBRO		177	87
Totais		1591	708

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09
ADRIANO MARCOS SORIANO LOPES									67
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					2	1		3	2
ERICA APARECIDA PIRES BESSA					1				
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA				3	6	1	3	6	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS								1	2
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		16	7						
MARCO ANTONIO RIBEIRO MUNIZ RODRIGUES		93	159	35	7	38	92	105	16
SOLAINY BELTRAO DOS SANTOS				42					
Totais		109	166	80	16	40	95	115	87



Foram realizadas 101 audiências de 1º-9-2020 até o dia 25-9-2020 e designadas 20 de 28-9-2020 até do dia 30-9-2020.

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de setembro de 2020 apurado até dia 22-9):

		2019	2020
01-JANEIRO		727	724
02-FEVEREIRO		986	1015
03-MARÇO		789	1124
04-ABRIL		935	656
05-MAIO		1062	1038
06-JUNHO		1038	1059
07-JULHO		1016	1092
08-AGOSTO		1015	978
09-SETEMBRO		986	727
Totais		8554	8413

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções. Estão sendo realizadas audiências semi-presenciais, conforme necessidade, em razão de eventual problema técnico, das partes, nas audiências virtuais.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.



5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	2019
Processos recebidos	956	995
Média por dia útil	4,3	4,4
Processos remanescentes do ano anterior	1.007	563
Sentenças anuladas	23	12
Total de processos para solução	1.986	1.570
Processos solucionados	1.431	1.194
Processos conciliados	91	412
Produção	72,05%	76,05%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 4,07% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 4%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	146
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	584

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	584
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	567

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	133
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	626

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	426
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	555

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	816
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	258



MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 22-9-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	555
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	258
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	426
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	816
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12



Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 13ª Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,48	1,25	1,03
	I02 - Pendentes	1.518	1.432	1.475
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	249,16	222,02	198,60
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	121,43	140,08	170,46
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.498,09	2.512,52	2.584,99
	I07 - Taxa de conciliação (%)	33,87	32,63	32,47
	I08 - Taxa de solução (%)	117,16	117,72	108,53
	I13 - Taxa de execução (%)	378,17	441,23	629,15
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	27,73	26,60	30,72
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	49,24	46,39	47,16
	I11 - Produtividade por servidor	175,08	176,75	155,42
Meso	I12 - Pendentes por servidor	111,42	103,92	103,67
	Acervo	0,28	0,34	0,34
	Celeridade	0,48	0,47	0,47
	Produtividade	0,43	0,42	0,34



Macro	Congestionamento processual	0,44	0,39	0,40
	Força de trabalho	0,44	0,42	0,44
	IGEST	0,4124	0,4063	0,3955
	Posição IGEST	69	59	54
Movimentação processual		1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.188.465,16	R\$761.962,71

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor a Portaria 1/1999, que regulamenta a prática de atos ordinatórios.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,60% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 102,07%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,05%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 101,50%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 81,59% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 31,06% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,06%.



Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 139,66%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 117,73% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,43%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 249 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 150,10%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o tempo médio alcançado foi de 145 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 173 dias.



11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) verificados os andamentos dos 12 processos sobrestados com o Tema 739, listados no item 1.7 desta Ata, já julgado pelo STF, dando prioridade para julgamento a aqueles que ainda não foram decididos e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo



de Gerenciamento de Precedentes (Nugap) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

7) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019.

8) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

10) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio



eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e [https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?](https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335) (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

11) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprezada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que a recomendação, então formuladas, não foi observada:

1) continuados os procedimentos para o cumprimento da Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as incluídas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.



Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia vinte e oito de setembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 129, publicado no DJe 18-9-20, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.


(Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital
por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria